

# Educação não é confronto!

JORNAL DE BRASÍLIA

VICTOR FACCIONI

11 FEV 1993

Tumulto, discussões, brigas e até comercialização de lugares nas filas! É deplorável, mas aconteceu! Tudo isso na tentativa desesperada de garantir matrícula no calendário A, o *filet mignon* do calendário rotativo no Estado do Rio Grande do Sul! Dói na alma, diante de tantas dificuldades, ver a secretária de Educação declarar que considerava aquele um dia glorioso, quando as manchetes de jornais divulgavam que até luta de facão se travou pela disputa das vagas! Sinal evidente da reprovação pela sociedade dos calendários B e C, ou seja, do próprio calendário rotativo implantado teimosa e autocraticamente, bem ao contrário das promessas de campanha...

Pois, apesar do comprovado malogro da dita "revolução na educação", o governador e a secretária de Educação tentam promover sua equivocada política educacional como válida para todo o Brasil. Mas que resultados pretendem divulgar? A simples oferta de mais vagas, num calendário não aceito pela sociedade? E o aviltamento que se produziu no processo de ensino-aprendizagem, será divulgado? E o achatamento salarial e a desmotivação dos professores? E o desvirtuamento de um plano de carreira conquistado a duras penas?...

Existem outras formas, que não a do calendário rotativo, para garantir o aumento de matrícula. No Rio Grande do Sul, à época do governo Triches, ne-

nhuma criança ficou sem escola, graças ao sistema de "compra de vagas" na rede privada de ensino. Vejam que "compra de vagas" significa comprar a capacidade ociosa das escolas particulares, e não a de um lugar na escola que implique mais custos para a escola particular ou para o governo. Se de um lado temos escolas e vagas disponíveis, e de outro milhares de alunos sem matrículas, por que não integrar os esforços oficiais aos da iniciativa privada, para complementar e, principalmente, para suplementar uma das funções básicas e indelegáveis do Estado — a educação?

Estarei apresentando, nos próximos dias, projeto de lei regulamentando a compra de vagas e a concessão de bolsas de estudo para o 1º e 2º graus, como já fiz com o crédito educativo para o 3º grau. Minha proposta estabelece mecanismos, de forma que os recursos se destinem ao aluno e a ele atinjam, e não às escolas. Garante, outrossim, à família e ao aluno poderem escolher o tipo de escola e de educação desejada. Para o Governo, fica mais barato e descomplicado pagar as vagas e as bolsas. Resumindo: é bom para todo mundo. Se no passado a idéia funcionou, por que não repeti-la?

■ Victor Faccioni é deputado federal pelo PDS/RS